



Advogados paulistas lançam manifesto pela valorização da classe

Um grupo de advogados paulistas lançou, nesta segunda-feira (4/6), um movimento que visa recuperar a importância da profissão para a democracia do país. O Movimento 133 surgiu em referência ao artigo da Constituição Federal que estabelece o advogado como indispensável à administração da Justiça.

Apoiado por cerca de 300 profissionais, o movimento destaca dois problemas centrais: a perda de protagonismo da advocacia, justamente no momento em que as instituições estão sendo remodeladas a partir do campo jurídico, e as crescentes dificuldades impostas ao livre exercício da profissão.

O grupo também pretende levantar o debate de maior transparência na Ordem dos Advogados do Brasil, devido às eleições de novembro para as diretorias das seccionais (estadual) e subseções (regionais). E faz críticas ao "continuismo e falta de transparência" na gestão da OAB-SP, controlada pelo mesmo grupo há 15 anos.

À frente do movimento, o advogado e ex-presidente da Associação dos Advogados de São Paulo **Leonardo Sica** afirmou que "o M133 surge como espaço de renovação, inovação e recuperação da relevância da advocacia e sua instituição".

"Queremos valorizar o papel da advocacia na administração da Justiça e na cidadania. Estamos convidando a advocacia para debater ideias e participar dessa mudança, por enquanto pela [página](#), que vai colher frases, depoimentos, propostas", explicou o advogado.

Veja alguns membros do Movimento 133:

Leonardo Sica, ex-presidente da Aasp (Associação dos Advogados de São Paulo); Eunice Prudente, professora da USP e presidente do Conselho de Transparência da Administração Pública; Fábio Ferreira de Oliveira, ex-presidente da Aasp e ex-conselheiro da OAB-SP; José Rogério Cruz e Tucci, ex-presidente da Aasp e ex-diretor da Faculdade de Direito da USP; Ronaldo Lemos, do ITS Rio (Instituto de Tecnologia e Sociedade); Marcos Fuchs, diretor do Instituto ProBono e do Conectas Direitos Humanos; Clito Fornaciari Júnior, ex-presidente da Aasp e ex-conselheiro da OAB-SP; Eleonora Coelho, secretária-geral do CAM CCBC (Centro de Arbitragem e Mediação) e do grupo Mulheres do Brasil; Julio César Brandão, ex-presidente da OAB de Marília; Luiz Roberto Martins Castro, do IBDD (Instituto Brasileiro de Direito Desportivo); Ana Marcato, do grupo Mulheres no Processo Civil; Alexandre Tadeu Navarro, do Sinduscon (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo); Alexandre Bolano, ex-secretário de Governo do Município de Araras; Helton Simonceli, coordenador da Unisalesiano, Araçatuba; Andrea Mustafa, primeira mulher presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto; Ana Rita Pretaroli, da AIDA Brasil (Associação Internacional de Direito de Seguros); João Brandão Aguirre, presidente do IBDFam/SP (Instituto Brasileiro de Direito de Família); Joanilson Barbosa dos Santos, ex-presidente da OAB de Sertãozinho; Felippo Scolari Neto, ex-presidente do Movimento dos Advogados de Defesa dos Credores do Poder Público; Erik Fontenelle Nybo, diretor da AB2L (Associação Brasileira de Lawtechs e Legaltechs); Ricardo de Carvalho Aprigliano, secretário-geral do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Processual); Mônica Rosemberg e Gabriel Miceli, líderes RAPS 2018 (Rede de ação política pela sustentabilidade); Célia Zapparolli, do Foname (Fórum Nacional de Mediação); Daniel Leon Bialski, advogado criminalista e presidente da



Hebraica; Walter Xavier da Cunha, presidente da Associação de Advogados de São José dos Campos; Ricardo Volpon e Gustavo Defina, de Ribeirão Preto; Anderson Pomini, ex-secretário municipal dos Negócios Jurídicos de São Paulo; e os professores Patrícia Vanzolini, Flávio Tartuce, Ligia Maura Costa, Daniel Amorim Assumpção Neves, Antonio Rodrigues de Freitas Jr., Glauter Del Nero, José Fernando Simão, Helton Simonceli, Victor Stuchi e Camilo Zufelato, dentre outros.

Autores: Redação ConJur